

Questão Discursiva - Criminal

A elaboração da norma penal incriminadora e a fixação da consequente pena reflete atribuição reservada a lei editada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Isto posto, elabore texto dissertativo sucinto acerca do princípio da legalidade no âmbito do Direito Penal brasileiro, abordando necessariamente sobre as seguintes questões de forma fundamentada em lei e na Constituição:

- a) A retroatividade da lei penal
- b) A analogia da lei penal
- c) O costume como fonte da lei penal
- d) A indeterminação da lei penal

Parâmetros de correção

A retroatividade da lei penal - “lex praevia”: lei penal incriminadora e/ou majorante de pena precisa ser anterior ao fato dito delitivo. Nada obstante, é possível a retroatividade da lei penal benigna ao réu - Pontuação máxima: 2,5

A analogia da lei penal - “lex stricta”: lei penal incriminadora e/ou majorante de pena precisa ser estrita, isto é, preenchimentos de lacunas por método interpretativo comparativo em analogia a situações semelhantes. Veda-se a analogia para incriminar ou agravar pena. Nada obstante, admite-se, de forma majoritária, o exercício de analogia em benefício ao réu. Pontuação máxima: 2,5

O costume como fonte da lei penal - “lex scripta”: lei penal incriminadora e/ou majorante de pena precisa ser escrita, formalizada em texto aprovado pelo Congresso Nacional e sancionada por Presidente da República. Nada obstante, admite-se, de forma majoritária, o reconhecimento de perda de eficácia de determinado tipo penal incriminador em razão de costume social. Pontuação máxima: 2,5

A indeterminação da lei penal - “lex certa”: lei penal incriminadora e/ou majorante de pena precisa ser certa, bem definida, evitando obscuridades em sua compreensão. Trata-se da taxatividade estrita da lei penal. Leis penais de difícil compreensão favorecem o arbítrio de determinada autoridade e/ou de grupo político em exercício do poder punitivo. Pontuação máxima: 2,5